

Maria da Paz Campos Lima

Globalização e Emprego
A ACÇÃO SINDICAL APÓS O FIM
DO ACORDO MULTIFIBRAS

© Instituto Ruben Rolo e Fundação Friedrich Ebert

Título:

Globalização e Emprego

A Acção Sindical após o Fim do Acordo Multifibras

Autora:

Maria da Paz Campos Lima

Fotografias:

António Silva

Tradução:

Túlia Marques

Revisão:

Maria da Paz Campos Lima

Composição:

Alfanumérico, Lda.

Impressão:

Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda.

Depósito legal n.º 237 002/06

FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT

Av. Sidónio Pais, 16-1.º Dto.

1050-215 LISBOA

e-mail: info@feslisbon.org

Telef. 21 357 33 75/21 357 34 93 • Fax 21 357 34 22

Prefácio

A Fundação Friedrich Ebert e o Instituto Ruben Rolo promoveram conjuntamente um seminário, no dia 21 de Outubro de 2005, intitulado «Globalização e Emprego — os Sectores Têxtil, Vestuário e Calçado». Este seminário contou com as intervenções de Ingeborg Wick, investigadora da ONG alemã «Suedwind — Ökonomie und Ökumene», do deputado ao Parlamento Europeu, Joel Hasse Ferreira, do coordenador da FESETE/CGTP, Manuel Freitas, e de Fernando Medina, secretário de estado do Emprego e da Formação Profissional. Com este seminário, a Fundação Friedrich Ebert e o Instituto Ruben Rolo deram continuação a uma série de debates sobre os problemas actuais do sindicalismo em Portugal e na Europa. Os promotores pretendem oferecer com este tipo de iniciativa um «fórum» para sindicalistas e especialistas nacionais e internacionais onde se possam discutir os desafios resultantes das profundas mudanças da nossa época.

Portugal figura entre os países cuja indústria têxtil e do vestuário é particularmente afectada pelo fim do Acordo Multifibras. No plano das exportações o sector tem constituído uma área chave para a economia portuguesa e no plano da contribuição para o

emprego este tem sido um dos sectores mais importantes. Daí a importância crucial de um debate informado sobre as tendências de evolução e futuro do sector, sobre as acções e políticas a desenvolver, para um conjunto muito diverso de actores, instâncias governamentais e locais, empresários e associações empresariais, sindicatos, organizações não governamentais etc. Para os sindicatos, confrontados com a ameaça concreta da degradação da situação social dos trabalhadores que representam, trata-se de uma questão central.

Com esta brochura, preparada por Maria da Paz Campos Lima, pretende-se apoiar de uma forma fundamentada o actual debate sobre o futuro da indústria têxtil no contexto da globalização. O Instituto Ruben Rolo e a Fundação Friedrich Ebert esperam contribuir com esta publicação para uma melhor compreensão das oportunidades e dos problemas que surgem no contexto da actual mudança política e sócio-laboral no mundo, na Europa e em Portugal.

Lisboa, Novembro de 2005

CARLOS TRINDADE

REINHARD NAUMANN

INTERVENÇÃO DE INGEORG WICK INVESTIGADORA DA ONG ALEMÃ
«SUEDWIND — OKONOMIE UND OEKUMENE»¹

**Os impactos do fim do Acordo Multifibras:
primeiras repercussões**

O que significa a globalização?

A globalização económica e financeira tem vindo a constituir um projecto de transformação das sociedades e dos estados a favor do capital privado; de liberalização dos mercados nacionais de finanças, comércio e investimentos; de retirada do estado da regulação dos mercados de trabalho e da sua função de redistribuição social; de predomínio dos negócios financeiros sobre a economia real; e de polarização crescente entre ricos e pobres.

¹ Este texto corresponde à tradução e adaptação da comunicação de Ingeborg Wick apresentada em espanhol, em suporte *power point*.

A indústria têxtil e do vestuário e as contradições típicas da globalização

A indústria têxtil e do vestuário demonstra as contradições típicas da globalização: a tensão entre proteccionismo e liberalismo; o crescimento do emprego sem protecção laboral e social; o aumento do emprego feminino mantendo-se a discriminação das mulheres; a orientação para as exportações negligenciando o desenvolvimento nacional; a super saturação em contraste com o fraco abastecimento dos mercados.

40 anos de quotas no mercado global do têxtil e do vestuário

Os mercados do têxtil e do vestuário dos países industrializados foram protegidos desde 1962 (Acordo do Algodão, AMF e ATV). Os países em desenvolvimento perderam mais de 22 mil milhões de US\$ anuais, embora alguns também tenham usado as quotas para estabelecer indústrias do têxtil e do vestuário. Após o fim do Acordo Multifibras (ATV), o protocolo de adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC) permite ainda a existência de quotas até 2008.

No período post-ATV, as tarifas ganham uma importância cada vez maior (ver tabela na página seguinte).

Tipos de regulamentação post ATV

Na era post-ATV o comércio de têxtil e do vestuário está a ser regulamentado por diferentes instrumentos: acordos bilaterais e regionais de livre comércio (AFTA, NAFTA, Mercosul, AGOA); normas de origem; progressividade tarifária; medidas anti-*dumping*; e pelo sistema generalizado de preferência dos EUA e da UE.

PAÍS/REGLÃO	MÉDIA DE TARIFAS RELATIVAS ÀS IMPORTAÇÕES DE TÊXTIL E VESTUÁRIO (PERCENTAGEM)	
	TÊXTIL	VESTUÁRIO
Japão	5,1	10,8
UE	6,9	12
EUA	7,6	12,3
México	19,9	35
Hong Kong	0	0
China	20,1	23,5
Bangladesh	28,4	36,9
Indonésia	9,3	17,5

Produção mais barata na era post-ATV

Na era post-ATV a produção tornou-se mais barata. Até ao final de 2004 o preço da quota representava cerca de 30% do preço dos produtos. Mas desde o começo de 2005 as marcas e os retalhistas beneficiaram de baixas de preços. Em Janeiro e Fevereiro de 2005 a média do preço por unidade das exportações chinesas para a UE baixaram 31% (camisolas), 38% (meias) e 57% (vestuário para mulheres). Contudo, as baixas de preços por supressão de quotas são em geral mais elevadas que as preferências de tarifas colocando muitos países do têxtil e do vestuário em dificuldades.

Redução das cadeias de aprovisionamento global

O sistema de quotas provocou a aceleração da internacionalização da indústria têxtil e do vestuário. A supressão de quotas veio acelerar a competição entre mais de 130 países produtores de têxtil e do vestuário pelos três grandes mercados — EUA, UE e

Japão. Calcula-se que os compradores transnacionais reduzirão as suas cadeias de aprovisionamento em cerca de 50% em 2005-2006. A intensificação da concorrência entre países e indústrias significa a deterioração das condições laborais para a maioria dos trabalhadores(as).

Diferenças de género e comércio internacional

Os desenvolvimentos no comércio internacional têm consequências muito particulares na mão de obra feminina. Não é mera coincidência o facto que as mulheres representam 2/3 dos pobres, dos analfabetos e dos trabalhadores informais à escala mundial. Por outro lado, segundo a divisão patriarcal do trabalho, as mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico não remunerado. No entanto, no mercado de trabalho assalariado e na sociedade as mulheres são prejudicadas (remuneração, competências, educação etc.). A mão-de-obra das indústrias de trabalho intensivo como o têxtil e o vestuário é tipicamente precária e feminina.

Factores de competitividade

A competitividade na indústria têxtil e do vestuário global baseia-se num grande número de factores excepcionais: subsídios governamentais em zonas francas; violação de direitos humanos e laborais; vantagens monetárias. O desenvolvimento tecnológico, a qualificação dos trabalhadores, a infraestrutura, os recursos de matéria-prima, bem como o acesso preferencial a mercados centrais podem contribuir para uma elevada competitividade. A procura de mais competitividade por parte dos 130 países produtores

de têxtil e vestuário pode apenas contribuir para o êxito de alguns e provoca a degradação dos outros.

A evolução do comércio de têxtil e do vestuário na era post-ATV

A evolução do comércio de têxtil e do vestuário na era post-ATV (Janeiro-Abril de 2004 até Janeiro-Abril de 2005) já provocou:

- O crescimento das exportações chinesas para a UE em cerca de 73% em 35 categorias o aumento, no mesmo período, na UE, de importações de *T-Shirts* chinesas em cerca de 187% causando o declínio da produção em Portugal (30 a 50%) e na Grécia (12%);
- o aumento das exportações chinesas para os EUA em cerca de 63%, que atingiu no caso das calças um aumento de 1521%;
- o aumento das exportações do Bangladesh, Paquistão e Turquia, mas a descida dos países africanos (AGO), da América Latina e da Roménia.

Encerramento de fábricas e perdas de emprego

A avaliação rigorosa da perda de emprego no têxtil e vestuário está por fazer, mas alguns resultados são conhecidos:

- Declínio do emprego na UE 25 em cerca de 5% (Fevereiro de 2004 a Fevereiro de 2005);
- declínio do emprego nos EUA em cerca de 6,5% (Maio de 2004 a Maio de 2005);

- encerramento de 6 fábricas no Lesoto e perda de 6650 empregos;
- encerramento de 19 fábricas na Guatemala e de 380 fábricas no México (desde 2001);
- encerramento de 19 fábricas nas Filipinas e perda de 5686 empregos;
- encerramento de 20 fábricas no Camboja e perda de 26 000 empregos.

Deterioração dos salários e condições laborais

Governos e empresas estão a degradar os salários e as condições laborais justificando-o com a necessidade de competir com a China, como por exemplo:

- *Republica Dominicana*: as empresas recusam-se a pagar aumentos de salários reflectindo a evolução da inflação;
- *Camboja*: as empresas exigem a eliminação do pagamento do prémio relativo a horas extraordinárias;
- *Filipinas*: o governo considera a indústria têxtil e do vestuário isenta da obrigação legal de pagamento do salário mínimo;
- *Bangladesh*: o governo introduziu a semana de trabalho de 72 horas.

Recurso à clausula de salvaguarda da OMC

No caso de graves perturbações de mercados, podem ser limitadas distintas categorias de importações chinesas até ao limite de

7,5% por ano (até 2008). O governo dos EUA invocou a cláusula de salvaguarda contra sete categorias em Maio de 2005. Em Junho de 2005, a Comissão Europeia (CE) decidiu que o máximo de importações (de dez categorias) seria limitado a 8%-12,5% até 2008. Mas em Setembro de 2005 a CE decidiu que 80 milhões de têxteis chineses podiam entrar na UE, o que ultrapassou o limite negociado em Junho — representando 50% das quotas de 2006.

Um desafio para a indústria portuguesa

Na UE, a indústria têxtil e do vestuário portuguesa tem a maior importância nacional para o valor acrescentado na indústria, o emprego e a balança comercial. A competitividade da indústria de confecções fortemente baseada em baixos salários está em perigo. As exportações portuguesas fornecendo as lojas de retalho espanholas apresentam uma frágil dependência. A indústria têxtil iniciou uma diversificação nas técnicas têxteis e parece ser menos afectada que a indústria de confecções.

* *
*

INTERVENÇÃO DE JOEL HASSE FERREIRA, DEPUTADO DO PARLAMENTO EUROPEU²

A posição da China na divisão mundial do trabalho tem vindo a alterar-se, no quadro do original sistema político-económico em que vive actualmente. Trezentos milhões de pessoas saíram da

² Versão escrita da responsabilidade do orador.

pobreza, o desenvolvimento económico é acelerado, as utilizações de tecnologias mais evoluídas alargam-se progressivamente. Persistem largas bolsas de pobreza. E tudo isto se passa num contexto político-social, em que a capacidade de reivindicação laboral é quase inexistente e os níveis salariais são muito reduzidos.

A produção de boa parte dos têxteis nos países europeus, nomeadamente onde não se modernizou adequadamente, em termos tecnológicos, de qualificação do pessoal, de métodos de gestão e de produção, está ameaçada pela concorrência não só chinesa, como de outros produtores do Oriente. A participação da China na Organização Mundial de Comércio pode introduzir uma outra racionalidade nas regras comerciais. As negociações com a União Europeia procuram limitar os danos no sistema produtivo europeu, sem deixar de abrir os mercados à concorrência asiática.

Mas, no próprio seio da União Europeia, existem contradições de interesses, entre estados com um forte sector produtivo têxtil, parcialmente não modernizado e aqueles que já têm bastantes empresas que deslocalizaram produções para a China, mantendo o controlo do *marketing* e da distribuição. Daí, poderão ter decorrido algumas ambiguidades em certas posições da Comissão Europeia.

No Parlamento Europeu, o debate tem sido vivo, abrangendo a importância de considerar os aspectos sociais e ambientais nos acordos comerciais, o interesse em pressionar no sentido da criação de sindicatos independentes na China, bem como de um sistema de protecção social, analisando simultaneamente as barreiras à entrada de produtos europeus na China, ao mesmo tempo que se preconiza um maior conhecimento directo entre chineses e europeus.

No actual contexto económico e social, o futuro do sector têxtil português e de outros países europeus passará pela aceleração

da sua modernização, nos domínios da produção e da comercialização, competindo pela qualidade, com o envolvimento dos seus trabalhadores e sem perdas de tempo. Os estados e a União poderão e deverão apoiar, no que lhes competir.

* *
*

**INTERVENÇÃO DE INGBORG WICK INVESTIGADORA DA ONG ALEMÃ
«SUEDWIND — OKONOMIE UND OEKUMENE»³**

Estratégias a nível global e local para combater a perda de direitos e empregos

A formulação de exigências depois do APV têm envolvido os sindicatos da Federação Internacional Trabalhadores do Têxtil, Vestuário e do Calçado (ITGLWF sigla inglesa), os sindicatos e as ONG na Ásia, e as iniciativas como o Fórum AMF e a Campanha Roupas Limpas. As exigências post-ATV dirigem-se a compradores (marcas e lojas), fabricantes, governos dos países exportadores, governos dos países importadores, instituições internacionais, sindicatos e ONG.

As principais exigências da Federação Internacional Trabalhadores do Têxtil, Vestuário e do Calçado são as seguintes:

No plano do comércio:

- Restrições contra os países produtores dominantes como a China;

³ Este texto corresponde à tradução e adaptação da comunicação de Ingeborg Wick apresentada em espanhol, em suporte *power point*.

- integração das normas laborais como condição em todos os acordos bilaterais e multilaterais;
- medidas de reestruturação para as indústrias vulneráveis;
- investigação sobre os impactos sociais e laborais da liberalização do comércio.

No plano da indústria:

- Respeito pelas normas laborais fundamentais;
- educação e formação, em particular das mulheres;
- aumento de produtividade e introdução de tecnologia avançada.

Em 2004 os sindicatos e as ONG asiáticos tomaram uma série de iniciativas sobre a era post-ATV:

- Um Fórum AMF com 13 federações de sindicatos nas Filipinas estabelecido em Janeiro;
- um seminário com sindicalistas da Tailândia, Malásia, Filipinas e Camboja em Phnom Penh em Junho;
- um Fórum post-ATV formado por sindicalistas na Indonésia em Agosto;
- um seminário de sindicatos e ONG no Paquistão em Outubro;
- uma conferência de ONG no Bangladesh em Agosto de 2003.

Apesar de algumas diferenças houve consenso nas iniciativas asiáticas quanto à formulação das seguintes exigências e prioridades:

- Governos e fabricantes: estabelecer programas de educação e formação para operários(as);

- compradores: garantir a implementação de normas laborais fundamentais (códigos de conduta);
- governos: criar programas de reestruturação de indústrias e de segurança social;
- instituições Internacionais (OMC): regular o comércio global de têxtil e vestuário com responsabilidade social;
- sindicatos e ONG: fortalecer alianças.

O Fórum AMF Internacional⁴ foi fundado no início de 2004 e é constituído por uma rede de 30 organizações membros. São membros os sindicatos da Federação Internacional Trabalhadores do Têxtil, Vestuário e do Calçado, as ONG (Oxfam, MSN), Instituições Internacionais (PNUD, Banco Mundial, Compacto global ONU) marcas e retalhistas (Nike, M&S) Iniciativas de interesse múltiplo (ETI, FLA...). As actividades do Fórum incluem a definição de objectivos, investigação, publicações, uma conferência no Bangladesh em cooperação com o PNUD (Junho 2005).

O Fórum AMF Internacional define as seguintes exigências quanto aos deveres a cumprir por parte de diferentes actores:

Compradores:

- Garantir os direitos laborais em caso de saída;
- aprovisionar-se em países e fábricas que respeitam os direitos;
- apoiar programas de formação governamentais e bolsas de emprego para trabalhadores(as) despedidos(as).

Fabricantes:

- Melhorar as condições de trabalho;

⁴ Para mais informação sobre esta iniciativa consulte o Anexo II.

- cumprir os requisitos legais para trabalhadores(as) despedidos(as);
- dar preferência de emprego a operários(as) deslocados e providenciar a requalificação para os não empregados.

Governos dos países exportadores:

- Promover a produtividade, a qualidade e normas laborais;
- assegurar o respeito da lei laboral em caso de despedimentos;
- assegurar que se pague aos trabalhadores antes de quaisquer outros credores;
- oferecer programas de requalificação e bolsas de emprego.

Governos dos países importadores:

- Garantir um melhor acesso ao mercado aos países vulneráveis que melhoram as condições laborais;
- conceder incentivos e prestar assistência técnica para promover as normas laborais da OIT.

Instituições Internacionais:

- O FMI e o Banco Mundial devem conceder assistência técnica e financeira aos países vulneráveis;
- a OIT deve apoiar os seus estados membros na promoção de emprego decente;
- a OMC deve desenvolver políticas comerciais que apoiem os países vulneráveis.

Sindicatos e ONG:

- Devem acompanhar estes desenvolvimentos e desenvolver as acções necessárias;
- pressionar os governos e instituições internacionais para que promovam um trabalho decente;

- pressionar os compradores para que promovam trabalho decente e evitem despedimentos maciços;
- pressionar os governos e empresas para que implementem programas de requalificação.

A Campanha Roupas Limpas (CCC sigla inglesa) designa uma rede de mais de 300 sindicatos e ONG de 12 países europeus. Está ligada a sindicatos e ONG de muitos países produtores de têxteis e vestuário. Em 1998 adoptou um Código de Conduta baseado no Código da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL). Procura contribuir para a melhoria das normas laborais na indústria global de têxteis e vestuário. procura consciencializar os consumidores, apoiar os trabalhadores(as) em conflitos, pressiona os compradores e toma iniciativas no plano legal.

A CCC acrescenta às exigências do Fórum AMF as seguintes:

- Colaborar com os sindicatos e ONG na verificação do cumprimento das normas laborais;
- contribuir para programas sociais e de requalificação dos trabalhadores(as) despedidos(as). Usar as economias das quotas para pagar preços razoáveis.

Conclusão

Perante a globalização neoliberal e a concorrência acrescida da indústria têxtil e do vestuário internacional não é fácil desenvolver estratégias eficazes para os sindicatos em Portugal. É importante distinguir entre ganhadores e perdedores em todos os países e não só entre países e indústrias. A procura do aumento da competitividade e da produtividade implica vantagens e desvantagens

para os trabalhadores(as) no plano mundial. Por último, há que distinguir entre objectivos de curto, médio e longo prazo:

A curto prazo:

- Perante o risco de maiores perdas de emprego seria necessário estabelecer programas extra de requalificação para as operárias (governo português, UE);
- contactar a da Federação Internacional Trabalhadores do Têxtil, Vestuário e do Calçado para integrar as exigências da Conferência post-ATV 24-26 de Outubro de 2005 OIT Genebra;
- estabelecer um Fórum Post-ATV em Portugal para promover as exigências a curto e médio prazo.

A médio prazo:

- Contactar iniciativas post-ATV de sindicatos e ONGs em países produtores;
- contactar e colaborar com o Fórum AMF Internacional;
- colaborar com a CCC.

A longo prazo:

- Contribuir para o esforço de criar regulamentações obrigatórias para a responsabilidade global das empresas multinacionais (normas da ONU, OCDE...);
- tomar iniciativas para integrar os direitos de segurança social e o direito das nações;
- assegurar a implementação da declaração obrigatória da OIT sobre as normas laborais fundamentais;
- estabelecer programas para a redistribuição do trabalho remunerado e não remunerado entre mulheres e homens.

* *

*

INTERVENÇÃO DE MANUEL FREITAS,
COORDENADOR DA FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES
TÊXTEIS, LANÍFICIOS, VESTUÁRIO, CALÇADO E PELES DE PORTUGAL
(FESETE)

No âmbito de um profundo e diversificado debate e reflexão foi-nos colocada uma questão: quais as estratégias a desenvolver ao nível local e global para defender os direitos e o emprego dos trabalhadores?

Considero que no actual contexto, onde impera uma lógica neo-liberal, caracterizada por um mercado global que opera sem regulação social e ambiental, sem reciprocidade na abertura dos mercados nacionais exteriores à União Europeia aos nossos produtos e com múltiplas práticas de *dumping*, torna-se mais difícil e complexo construir estratégias de acção sindical que permitam atingir os objectivos que nos foram propostos.

Atente-se na realidade actual dos têxteis, vestuário e calçado portugueses. Há vários anos sujeitos a profundas mudanças, as quais se intensificaram a partir de Janeiro de 2005 com a liberalização do comércio mundial de têxteis e vestuário, podemos constatar que a maioria das empresas não estava preparada para o choque competitivo, uma vez que mantinham o velho modelo de produzir produtos massificados, em regime de subcontratação, de baixa gama, fraca qualidade, assente na mão-de-obra barata e com baixos níveis de escolaridade e qualificações.

Incapazes de assumirem um novo modelo ancorado na inovação e numa maior incorporação na cadeia de valor, uma grande maioria dos empresários e as suas associações patronais persistem

na ideia de que é possível aumentar a competitividade e concorrer num mercado global pelo preço, ou seja, reduzindo os direitos, a retribuição e o próprio emprego dos trabalhadores.

Do nosso ponto de vista esta concepção é errónea na medida em que neste mercado global, existirá ainda durante muito tempo um vasto conjunto de países onde a intensidade de exploração dos trabalhadores e a ausência de direitos e liberdades básicas será muito mais elevada do que em Portugal, pelo que não é possível concorrerem pelo preço num mercado global, a não ser que os Sindicatos e os trabalhadores aceitassem ter salários semelhantes aos da Índia, da China, do Paquistão ou da Roménia só para citar alguns. Mas há um outro dado relevante, os trabalhadores portugueses da têxtil, vestuário e calçado têm na sua esmagadora maioria retribuições baixas, iguais ou próximas do salário mínimo nacional, pelo que não é justo baixar ainda mais o seu nível de vida.

No geral a negociação colectiva nestes sectores está bloqueada desde 2003, com elevados sacrifícios para os trabalhadores, porque as associações patronais insistem na redução de direitos, nomeadamente, a redução directa ou indirecta da retribuição mensal.

Reconhecemos que as mutações no mercado global colocaram às empresas portuguesas novos desafios como por exemplo, responder rapidamente a encomendas de pequenas séries, o que forçosamente exige a introdução de novas formas de organização do trabalho.

A nossa posição e disponibilidade negocial assenta no equilíbrio entre as respostas que as empresas são forçadas a construir para aumentarem a sua competitividade através da inovação no processo, nos produtos, numa maior proximidade do consumidor e o respeito pelos direitos básicos dos trabalhadores e sem diminuição directa ou indirecta da retribuição.

Ao nível mais global é fundamental que o movimento sindical estabeleça canais que façam circular rapidamente a informação, denunciando as injustiças. É urgente o reforço da organização sindical de base e disponibilizar mais solidariedade junto dos trabalhadores vítimas de uma exploração desenfreada pelos grupos multinacionais, que neste mercado global circulam à velocidade da Internet com o objectivo sempre de aumentar o valor. Mais do que nunca a acção sindical exige uma complementaridade entre a acção sindical ao nível local e uma maior coordenação ao nível global.

* *

*

Conclusão

Como se pode concluir das anteriores intervenções os resultados da liberalização directos ou indirectos no sector do têxtil e do vestuário são preocupantes e atingem de modo desigual os diferentes países, incluindo os da União Europeia. Para além da necessária reformulação de estratégias por parte das empresas, apostando na qualidade, na inovação, no *marketing* e no *design*, para além da reformulação da própria estratégia em termos de cooperação empresarial e local, designadamente nas regiões que constituem pólos tradicionais desta indústria, há, como evidenciam estas iniciativas e as exigências que expressam, toda uma acção a desenvolver pelos governos, ONG e sindicatos a nível nacional, regional e internacional no sentido de contrapor à desregulação novas regras que promovam o desenvolvimento, o emprego decente e a coesão social. Aqui ficaram espelhados alguns dos eixos que podem orientar tais acções e promover a reflexão.

ANEXO I*

Se não há colapso, não há problema?

A política de liberalização da OMC abandona milhões de trabalhadores dos têxteis e vestuário pelo mundo fora à «mercê do mercado livre».

Sumário

Durante a conferência ministerial da Organização Mundial de Comércio (OMC) em Hong Kong, de 13 a 18 de Dezembro de 2005, um ponto-chave da agenda será a maior «acessibilidade ao mercado de produtos não agrícolas» (NAMA, na sigla inglesa).

* Este anexo é constituído pela tradução portuguesa do texto *No Crash — No Problem? The WTO's Liberalisation Policy Abandons Millions of Textile and Garment Workers Worldwide to the «Mercy of the Free Market»*, publicado pelo Südwind e. V. — Institut Okumenisches Netz für Ökonomie und Ökumene; Rhein Mosel Saar e. V. Press Statement: Ecumenical Network/Südwind Institute, Neuwied/Siegburg, Dezembro de 2005 (tradução realizada por Túlia Marques, e revista por Maria da Paz Campos Lima).

Quaisquer decisões sobre as reduções de taxas alfandegárias (tarifas) que serão feitas no âmbito das negociações NAMA vão acabar por afectar o comércio global dos têxteis e vestuário. Muitos países em vias de desenvolvimento estão alerta contra as fórmulas universais para cortes de tarifas que são favorecidos pelas nações industrializadas. Receiam ameaças ainda maiores às suas indústrias nacionais de têxteis e vestuário, já muito abaladas pelo termo do Acordo sobre Têxteis e Vestuário (ATC na sigla inglesa) no início de 2005. Apesar dos dados disponíveis sugerirem que não houve um colapso esmagador até agora, os danos sofridos pelos países em desenvolvimento e pelos seus trabalhadores é já suficientemente grave. A liberalização ameaça as perspectivas de milhões de trabalhadores pelo mundo fora de não serem capazes de viver e trabalhar em condições humanas no futuro, ao serem empurrados contra a parede no meio da luta por quotas de mercado.

Por esta razão, a Rede Ecuménica Rhein Mosel Saar e o Instituto Südwind pediram conjuntamente à OMC que se abstinhasse de liberalizar mais o sector dos têxteis e vestuário, que sejam reunidos dados sobre os efeitos das medidas anteriores de liberalização sobre os padrões de vida e de emprego, e que a produção de têxteis e vestuário seja reestruturada de cima abaixo, essencialmente para garantir os mercados domésticos e o nível de subsistência dos trabalhadores desta indústria.

Antecedentes

Quando em 31 de Dezembro de 2004 expirou o ATC da OMC, acabou ao mesmo tempo o sistema de quotas que tinha governado o comércio mundial de têxteis e vestuário por mais de 40 anos. Para proteger as suas próprias localizações, as nações industrializa-

das tinham imposto restrições à quantidade de importações de têxteis e vestuário das nações em vias de desenvolvimento e dos mercados emergentes. Para fugir às restrições do sistema de quotas, muitos produtores internacionalizaram a sua produção de têxteis e vestuário. Como consequência, cerca de 160 países produtores concorrem hoje pelos três mercados principais — EUA, UE e Japão — e grandes actores internacionais como a Adidas recebem fornecimentos de cerca de 60 países.

Distribuição regional das estatísticas do comércio

Como muitos especialistas esperavam, as primeiras estatísticas obtidas em 2005 mostram que os «benefícios da liberalização», que a OMC tinha prometido iriam resultar a partir do fim do sistema de quotas, estão distribuídos de forma muito desigual.

Como previsto, a China é o vencedor número um no plano internacional. A parte da China no volume total do comércio de produtos têxteis e vestuário importados pelos EUA e UE cresceu cerca de 50% acima do nível do ano anterior no período de Janeiro a Julho (ou Maio) de 2005. Expresso em percentagem das classes de importação sujeitas a quotas até ao fim de 2004, a parte da China no mercado da UE cresceu mais de 145% em volume e 95% em valor — uma diferença que revela reduções consideráveis nos preços unitários.

A seguir à China, a Índia foi o país que também foi capaz de alargar a sua participação de mercado. Em termos de valor, a parte da Índia nas importações dos EUA aumentou de 4,8% para 5,5% no período de Janeiro a Julho entre 2004 e 2005, e em volume cresceu de 5,3% para 5,8%. No mesmo período, a parte deste país no mercado da UE cresceu 8% em valor e 9% em volume.

Nos primeiros meses de 2005, os estados do Leste europeu registaram aumentos menores nas suas exportações para a UE (por exemplo, a Roménia, onde o valor cresceu de 5% para 6%) ou estagnaram (como a Bulgária).

No período de Janeiro a Maio de 2004 para 2005, as exportações de vestuário da Turquia para os EUA decresceram 8,2%, enquanto as exportações de têxteis cresceram apenas 12,2%. No mesmo período, as importações da UE da Turquia aumentaram de 10% para 15%.

Outros exportadores tiveram que pagar muito caro os ganhos destes poucos países.

A parte detida pelos 23 países da Iniciativa da Bacia das Caraíbas tal como a do México nas importações de têxteis pelos EUA reduziu-se 2% no período de Janeiro a Julho de 2004 para 2005. No mesmo período, a parte detida pelos 37 países do Acordo Africano para o Crescimento e as Oportunidades (AGOA na sigla inglesa) decresceu de 2,0% para 1,6% em valor e de 1,6% para 1,3% em volume. Contudo, as perdas sofridas por alguns países individualmente considerados foram mais dramáticas. Por exemplo, as exportações da África do Sul caíram 38% desde 1 de Janeiro de 2005. As exportações para os EUA do Laos, Nepal, Filipinas e Vietname baixaram em termos semelhantes no mesmo período. Entre Janeiro e Maio, de 2004 para 2005, até os parceiros comerciais da UE sofreram perdas na exportação de 10% a 60% quer em termos de volume, quer de valor, incluindo, por exemplo, Paquistão, Indonésia, Tailândia, Coreia do Sul, Filipinas, Taiwan, Hong Kong e Macau. Os 77 países do grupo África, Caraíbas e Pacífico (ACP) tal como as Maurícias viram as suas exportações para a UE cortadas em 20% no período de Janeiro a Setembro entre 2004 e 2005, enquanto as exportações de Marrocos baixaram 11% em valor e em volume.

Em síntese, a China e a Índia com os seus ganhos nas exportações estão confrontadas com mais de 100 nações perdedoras.

Perda de empregos e encerramento de fábricas

Tendo em conta a importância política da indústria de têxteis e vestuário mundial, que emprega formalmente cerca de 24 milhões de pessoas e informalmente 5 a 10 vezes mais, é impossível compreender porque é que não há análises sistemáticas no plano internacional ao impacto da liberalização no emprego.

De acordo com a Federação Internacional dos Trabalhadores do Vestuário e Couro (ITGLWF na sigla inglesa) e as estatísticas fornecidas num estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de Outubro de 2005, os quais infelizmente são incompletos e não sistemáticos, o número de empregos perdidos em poucos dos últimos meses em 15 países, incluindo países da UE, é estimado em 150 000. Em complemento foram disponibilizadas algumas estatísticas por estados nacionais. A perda de postos de trabalho é particularmente grave naqueles países em que a indústria dos têxteis e vestuário e o respectivo volume de emprego são de importância fundamental para a economia nacional e o seu emprego total. Um destes países é o Lesoto, onde onze fábricas fecharam e 13 000 trabalhadores foram considerados redundantes de uma força de trabalho total de 31 156 no fim de 2004. No Quênia, 14 000 empregos foram perdidos e 12 fábricas fecharam depois de Outubro de 2004; nas Maurícias, 15 000 empregos foram destruídos pelo encerramento de seis fábricas; o Malawi e a Namíbia perderam 2500 e 2000 postos de trabalho, respectivamente. Afirma-se que tanto como 50 000 postos de trabalho se perderam na África do Sul desde que as importações da China

aumentaram no princípio de 2005. Na Roménia foram perdidos 3400 empregos e mais de 20 000 em Marrocos.

Nos EUA e na UE, o emprego na indústria de têxteis e vestuário foi reduzido de 6,5% e 5%, respectivamente, durante o ano de 2004, o que levou a reaplicar quotas à importação da China em Maio e Junho, um passo que, de acordo com o protocolo de acesso da China à OMC, pode ser dado legalmente até ao fim de 2008. No México, mais de 380 fábricas de têxteis e vestuário fecharam desde 2001, com a maior parte da sua produção transferida para a China. Devido actual falta de dados credíveis sobre os postos de trabalho criados na China e na Índia, por enquanto é impossível dizer quantos postos de trabalho foram perdidos nos países acima mencionados devido às transferências de produção e aos aumentos de produtividade. Contudo, há sinais que indicam que aumentos maciços de produtividade na indústria dos têxteis e vestuário induziram reduções de empregos mesmo na China, e que os trabalhadores que mantêm os empregos sofrem reduções de salário e aumentos crescentes da intensidade de trabalho.

Deterioração das condições de trabalho versus vantagens competitivas resultantes de padrões sociais

De acordo com a Federação Internacional dos Trabalhadores dos Têxteis, Vestuário e Calçado (ITGLWF sigla em inglês), as condições de trabalho têm-se deteriorado nalguns países desde o princípio de 2005, um facto que os governos e os empregadores justificam com o argumento de que as indústrias locais estão a ser ameaçadas pela concorrência barata da China. Assim, o governo do Bangladesh introduziu temporariamente uma semana de trabalho de 72 horas, enquanto o governo das Filipinas aboliu o

salário mínimo na indústria dos têxteis e vestuário. Na República Dominicana e no Camboja, os empresários recusaram aumentos de salários ou exigiram o fim do pagamento de horas extraordinárias. Por outro lado, algumas empresas multinacionais anunciam as suas novas estratégias de aprovisionamento na perspectiva de promover os padrões sociais (responsabilidade social da empresa) dos fornecedores que mantêm. Por sua vez, os países fornecedores esperam que esta política lhes dê novas vantagens concorrenciais e nichos num sistema de produção global emagrecido. A verdade é que a história recente do Camboja de melhoria dos padrões sociais na indústria dos têxteis e vestuário, que foi verificada pela OIT, suscitou um interesse enorme entre as empresas multinacionais. Nos últimos meses de 2005, as exportações de têxteis e vestuário para os EUA cresceram apesar das taxas alfandegárias altas. Contudo, pode haver outra razão para isto: 40% das mercadorias exportadas são precisamente produtos que poderiam ter sido fornecidos pela China, se isso não tivesse sido impedido pelo novo sistema de quotas imposto pelo governo dos EUA. Só em 2008, quando todas as opções de imposição às importações da China estiverem finalmente esgotadas, é que será possível dizer em definitivo qual a importância que os padrões sociais tiveram para melhorar as oportunidades de mercado de um país.

Descida de preços

Quando desapareceram as imposições de quotas, muitas importações de têxteis e vestuário tornaram-se consideravelmente mais baratas. Em média, o preço unitário de todos os produtos que eram importados pela UE em regime de quotas baixou 17,9% no caso da China, no período de Janeiro a Maio de 2005, 15,2%

no caso do Bangladesh, 8,9% no caso do Paquistão, e 7,4% no caso da Tailândia. Apesar do Bangladesh, por exemplo, ter conseguido aumentar as suas exportações para a UE em 7,7% no período referido, em valor diminuiu 7,5% por causa da redução do preço. Assim, a liberalização anula parcialmente quaisquer vantagens acrescidas pelas preferências comerciais que os países menos desenvolvidos, como o Bangladesh, tenham na UE como noutro lado qualquer.

Por outro lado, os preços de venda a retalho dos produtos têxteis e vestuário permanecem relativamente estáveis desde o início de 2005. As empresas com sistemas de aprovisionamento multinacionais foram as que beneficiaram mais das reduções de preços de mercadorias importadas. Nalgumas classes de produtos, houve cortes de preços espantosos. Assim, os preços de camisolas chinesas importadas na UE caíram 31%, as meias desceram 38% e o vestuário de senhora 57%.

Cadeias de oferta global emagrecidas e unidades de produção maiores

Tal como havia sido previsto, os primeiros sinais de emagrecimento apareceram nas cadeias de oferta global das empresas multinacionais, nos últimos meses de 2005. A maior empresa mundial de venda a retalho, a Wal-Mart, anunciou a sua intenção de reduzir o número dos países seus fornecedores de 63 para cerca de 12 ou 14, e de comprar 80% das suas mercadorias a apenas 4 ou 5 países. Na Espanha, a empresa Inditex está a cortar o número de fábricas fornecedoras de 2700 para menos de 900. A Adidas está a consolidar o seu aprovisionamento para apenas 5 ou 6 países estratégicos e alguns outros menos importantes, quando o número anterior de países fornecedores era de mais

de 60. O futuro dos países, fábricas e trabalhadores que caíram pelas malhas da rede de selecção é deixado em grande medida à decisão dos governos e das empresas fornecedoras. Como parte da reestruturação da produção de têxteis e vestuário, as empresas estão a mudar para formatos de grande produção à custa das empresas de pequena e média dimensão, como ficou exemplificado pelos acontecimentos recentes no Camboja. Nesse país, a proporção de fábricas a empregar mais de 5000 pessoas aumentou mais de 100%, enquanto a de pequenas e médias empresas (PME) está em declínio.

Controvérsias na OMC

Apesar das mudanças estruturais maciças induzidas pelo termo do acordo ATC, o Concelho para o Comércio de Mercadorias (CTG na sigla inglesa) da OMC foi adiando pronunciar-se sobre o assunto de reunião para reunião. Só na reunião de 15 de Julho de 2005 discutiu o comunicado apresentado pela Turquia em que os «benefícios da liberalização» de 20 milhões de novos empregos, de que os países em vias de desenvolvimento tinham estado à espera, foram comparados com a realidade: o efeito de vórtice da China e a queda drástica dos preços vão causar o declínio dos termos de troca. Face a esta situação, a Turquia apelou ao CTG para que crie um programa para estudar esta situação de forma abrangente, desenvolva medidas e instrumentos adequados para evitar perturbações no comércio, e tome medidas para estabilizar os preços. As reacções dos outros membros do CTG foram desde adjectivar a posição da Turquia de «ridícula e desleal» (China) até ao apoio frontal (Mongólia), fazendo notar que os trabalhadores interessados não podiam ser só deixados à «mercê das forças do

mercado». Face a estas divergências de opinião, o CTG voltou a adiar uma posição sobre o assunto.

Os têxteis e vestuário e as negociações NAMA

As negociações NAMA na OMC confrontam a totalidade da indústria dos têxteis e vestuário com um novo conjunto de desafios relativos à liberalização: enquanto quer a UE, quer os EUA, fiéis ao credo da OMC, estão a favor de mais desregulação do mercado e de cortes de taxas para promover o bem-estar, muitos países em desenvolvimento receiam que a sua produção própria seja destruída e que um número maciço de empregos se perca. Isto iria afectar todas as mercadorias produzidas pelas indústrias, incluindo os têxteis e vestuário que constituem o sector mais importante e trabalho-intensivo da economia de muitos desses países em desenvolvimento.

Por isso, a Aliança Geral para o Comércio Leal Têxtil (GAFTT na sigla inglesa), uma aliança de 80 organismos dos têxteis e vestuário de 50 países, exige a abertura de negociações separadas sobre o sector fora do processo NAMA. A GAFTT acredita que este «sector especial têxtil» oferece uma oportunidade para compensar o termo da cláusula de salvaguarda face à China em 2008.

Quer a ITGLWF, quer a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres exigem que a questão dos têxteis e vestuário seja discutida em separado.

O Euratex, uma coligação de associações europeias do têxtil, apoia a exigência do GAFTT, enquanto os negociadores quer da UE, quer dos EUA, rejeitam qualquer tratamento especial para os têxteis e vestuário, apelando antes à adopção de uma fórmula padrão para o corte de tarifas. O Programa das Nações Unidas

para o Desenvolvimento (PNUD) apelou à conferência ministerial da OMC para que desse acesso livre de taxas alfandegárias aos mercados dos países industrializados por parte dos países mais pobres do mundo, e para que juntasse a esta medida a flexibilização das regras de origem.

Num documento conjunto, uma aliança de organizações sindicais e não governamentais (Oxfam, ActionAid, ICFTU e outras) declararam que, na sua opinião, as negociações NAMA tal como estão são prejudiciais ao desenvolvimento.

As estatísticas sociais e de emprego são indispensáveis

Partilhando das críticas à política de liberalização da OMC, o Instituto Südwind e a Rede Ecuménica Rhein Mosel Saar apresentam aqui três pedidos estratégicos em relação à indústria têxtil e de vestuário:

1. O termo do ATC expôs a indústria dos têxteis e vestuário ao risco de enormes sobressaltos que não podem ser evitados mas apenas adiados até ao fim de 2008 pela reposição de quotas pelos EUA e pela UE. A OMC devia fazer justiça ao papel especial que esta indústria tem por causa da sua importância em muitos países em desenvolvimento, e instituir negociações sectoriais separadas.
2. No interesse das pessoas empregadas na indústria dos têxteis e vestuário pelo mundo fora, o impacto que a política de liberalização tem tido no passado sobre a estabilidade do nível de vida, os padrões sociais e a segurança de emprego deviam ser objecto de estudo abrangente antes de serem dados novos passos na liberalização. A questão de saber se

a liberalização causa ou não o colapso da indústria dos têxteis e vestuário em numerosos países não pode ser respondida unicamente na base das estatísticas da exportação. O interesse na diminuição da pobreza exige que haja estatísticas sociais e de emprego.

3. Um desprezo total pelos factores sociais e pelo trabalho caracteriza quer a política de liberalização da indústria dos têxteis e vestuário, quer as políticas da OMC em geral. Ao alargar o seu âmbito a cada vez mais sectores das economias nacionais, enquanto concentra as atenções só no aspecto da desregulação do mercado para favorecer o capital privado, a OMC exclui todas as pessoas que trabalham na agricultura, na indústria e na exploração mineira. Em dez anos de existência, a OMC mostrou ser uma ferramenta nas mãos das nações industrializadas poderosas, apesar da sua estrutura aparentemente democrática, e agir sempre no interesse das empresas multinacionais. Para o sector dos têxteis e vestuário, isto implica um aumento enorme no poder detido pelas grandes marcas e grupos comerciais, os quais estão hoje livres para definir a localização e os padrões da produção exactamente como quiserem. A sua procura incessante de oportunidades para aumentar as vendas e os lucros levou à sobreprodução de artigos de moda passageira para os mercados nórdicos, deixando vastas regiões do mundo incapazes de cobrir a sua própria procura de vestuário. Para contrariar esta lógica, deve ser desenvolvido e sustentado um sistema de gestão económica dentro e fora da OMC que se dedique a satisfazer a procura global e a assegurar que todas as mercadorias são produzidas em condições humanas e ecologicamente sustentáveis.

ANEXO II

*O Fórum Internacional AMF**

No início de 2004 uma série de marcas, retalhistas, instituições internacionais, sindicatos e ONG, agruparam-se no que foi designado por «Fórum AMF» no sentido de tentar compreender melhor as implicações do fim do AMF em particular para os trabalhadores e para as comunidades locais e explorar a melhor maneira de promover uma abordagem de colaboração para mitigar os impactos negativos e tirar partido de novas oportunidades. Até ao momento o Fórum publicou vários estudos independentes e definiu o «quadro de colaboração».

Dentro dos objectivos assinalados no «quadro de colaboração» destacam-se:

- *Intercâmbio básico de informação* sobre iniciativas de colaboração relacionadas com o período posterior ao fim do

* Neste anexo apresenta-se uma adaptação da tradução parcial da publicação disponível em língua espanhola *Marco de colaboración para guiar las acciones tras el fin del AMF*, Forum AMF, 4 de Março de 2005.

AMF, dentro de cada país, e à escala regional e internacional;

- *promover a aprendizagem* sobre a eficácia destas iniciativas através da participação e organização de fóruns relevantes, apoiados caso seja necessário pela investigação;
- *informar, iniciar e facilitar iniciativas específicas de colaboração* ligando os diversos actores e facilitando as etapas iniciais de iniciativas de colaboração nacionais quando apropriado.

Segundo o Fórum AMF os riscos que se correm se não se conseguir controlar a transição são os seguintes:

- Impacto negativo sobre os trabalhadores, a comunidade e as economias locais e nacionais de perder empregos;
- prejudicar a reputação das empresas assim como de outras instituições por não terem considerado o impacto negativo sobre os trabalhadores com o conseqüente declínio da confiança e activa colaboração com as empresas para fazer face às dimensões sociais e ambientais do sector;
- a erosão da confiança no programa mais amplo de desenvolvimento através do comércio.

Na perspectiva do Fórum AMF os perigos só poderão abordar-se eficazmente empreendendo acções a três níveis distintos:

- Promover o *estabelecimento de políticas públicas*, por exemplo na esfera do comércio;
- estabelecer associações na *cadeia de provisão estratégica* para equilibrar os interesses sociais e comerciais;
- *mitigar as conseqüências sociais negativas* da reestruturação do sector, por exemplo mediante compensação, promoção das oportunidades de emprego e qualificação.

No «quadro de colaboração» o Fórum define as responsabilidades de diferentes actores: produtores, compradores, instituições internacionais, sindicatos e ONG.

No que se refere às empresas industriais do têxtil e do vestuário os papéis e actividades definidos pelo Fórum AMF são os seguintes:

- Proporcionar um trabalho decente, respeitando a legislação laboral e as normas fundamentais do trabalho, e trabalhar com os seus fornecedores e/ou contratantes para tal efeito;
- actualizar a tecnologia, a gestão e a qualificação dos trabalhadores/as a fim de manter a competitividade de maneira responsável;
- conferir um certo grau de independência no *design* e na comercialização dos produtos;
- melhorar as normas da fábrica e as condições de trabalho e de emprego, a fim de melhorar a qualidade e cumprir com as políticas dos compradores relativas às condições de trabalho e legislação de trabalho nacional e respeitar as normas internacionais do trabalho;
- pressionar e trabalhar com governos, sindicatos e ONG para desenvolver políticas industriais e sociais nacionais que apoiem uma competitividade real e responsável;
- promover o acesso dos trabalhadores a bolsas de emprego e a programas de reciclagem profissional quando tenham perdido o seu emprego;
- garantir que se respeitem os direitos dos trabalhadores com base no estipulado por lei em caso de redução do volume de emprego;
- realizar pontualmente os pagamentos legais à segurança social e aos sistemas de pensões.

No que se refere aos sindicatos e ONG os papéis e actividades definidos pelo Fórum AMF são os seguintes:

- Obrigar os governos e as instituições internacionais a tomar a iniciativa adoptando políticas que promovam o trabalho decente, protejam o emprego e garantam a reintegração na industria, assim como a protecção dos meios de sustento daqueles que tenham perdido o seu emprego por causa da consolidação da liberalização;
- seguir os acontecimentos derivados da liberalização do comércio no sector e revelar, quando e onde seja preciso, os problemas e as medidas necessárias para contrariá-los, a fim de assegurar-se de que os interesses e as reivindicações dos trabalhadores sejam adequadamente representados e protegidos;
- as ONG deverão pressionar e os sindicatos negociar com as empresas tanto à escala nacional como internacional, para utilizar a liberalização do comercio e a consolidação das cadeias de provisão para proporcionar um trabalho decente e evitar na medida de possível as perdas de emprego e a redução do volume de emprego;
- promover junto com o governo e os empregadores o aumento da qualificação profissional de todos os trabalhadores da indústria e a reciclagem dos trabalhadores deslocados por causa da consolidação, tanto mediante acções de defesa como através de um trabalho programático;
- trabalhar com os empregados na indústria para consciencializá-los sobre a competitividade na economia e particularmente sobre o papel essencial do trabalho decente;
- promover o diálogo social a nível local, nacional e global, com vista a garantir a cooperação e assegurar boas práticas nas relações laborais na indústria.

O Fórum AMF dedica uma atenção particular aos países exportadores e importadores fazendo várias recomendações. No que se refere aos países exportadores, parte delas referem-se a promover as responsabilidades supracitadas no que diz respeito às empresas, mas outras recomendações referem-se ao desenvolvimento de políticas que melhorem a produtividade, a qualidade e as normas de trabalho, que melhorem as infraestruturas e o acesso a créditos, e que reduzam burocracia.

Cadernos do Instituto Ruben Rolo

- 1 *A Actual Situação Sócio-Laboral na União Europeia e as Respostas do Movimento Sindical*, Lisboa 2002.
- 2 *Contributos para o Debate Sindical sobre o Código do Trabalho*, Lisboa, 2002 (esgotado).
- 3 Raquel Rego e Nuno Boavida, *Globalização e Acção Sindical*, Lisboa 2004.
- 4 Raquel Rego, *Globalização — Movimento Sindical e o Futuro do Modelo Social Europeu*, Lisboa 2005.
- 5 Maria da Paz Campos Lima e Nuno Boavida, *Unidos por Uma Resposta Solidária à Globalização — A Fundação da Nova Confederação Sindical Internacional*, Lisboa 2005.

Publicações da Fundação Friedrich Ebert

- Reinhard Naumann, *Privatizações e Reestruturações — o desafio para o Movimento Sindical em Portugal*, Lisboa 1995.
- António Casimiro Ferreira, *Problemas Actuais da Contratação Colectiva em Portugal e na Europa*, Lisboa 1996.
- Hermes Augusto Costa, *Os Conselhos de Empresa Europeus: na Rota da Fábrica Global?*, Lisboa 1996.
- Wolfgang Merkel, *Justiça Social e Capitalismos de Bem-Estar*, Lisboa 2004.

* * *

Encomendas pelo telefone: 21 357 33 75; fax: 21 357 34 22;
mail: info@feslisbon.org.

O programa das iniciativas da Fundação Friedrich Ebert, incluindo aquelas que são organizadas em colaboração com o Instituto Ruben Rolo, encontram-se no *site* www.feslisbon.org.